

SESSÕES DO PLENÁRIO

44ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de agosto de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO JOSÉ DE ARIMATÉIA (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao aniversário de 26 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – proposta por este deputado José de Arimatéia.

Para compor a Mesa, convido a Srª Iara Farias, coordenadora de Proteção à Criança e ao Adolescente, representante do Governo do Estado da Bahia; a Srª Eliana Portela Bloizi, promotora de Justiça da 2ª Vara dos Crimes Praticados contra a Criança e o Adolescente, representando o Centro de Apoio Cultural do Ministério Público; a Srª Maria Carmen de Albuquerque Novaes, defensora pública, representante do defensor público-geral Clériston Cavalcante de Macêdo; o Sr. Tenente-Coronel Josemar Pereira Pinto, representante do comandante-geral da Polícia Militar Cel. Anselmo Brandão; o Sr. Major Domingos Fernando Santos Batalha, representante do comandante da Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar Coronel Carlos Hassler; o Dr. Maurício Freire, advogado, representante do presidente do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan, da Cedeca, Sr. Waldemar Oliveira; a Srª Risalva Fagundes Cotrim Telles presidente do CMDAC, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; a Srª Danielle Vasconcelos Silva, enfermeira do Viver, Serviço de Atenção à Pessoa em situação de Violência Sexual; a Drª Claudenice Teixeira Cerqueira, delegada titular da Delegacia para o Adolescente Infrator – DAI; a Srª Juliana Portela, diretora de Políticas Sociais, representando a Secretaria Municipal de Promoção Social Ana Paula Matos; o Sr. Bispo Júlio Santos, coordenador-geral da Força Jovem Bahia. (Palmas)

Gostaria de pedir desculpas a todos os presentes pelo atraso do início desta sessão. Os problemas decorrentes da mobilidade urbana e do trânsito foram os responsáveis pelo atraso. Vamos em frente.

Pedimos a todos para ficar de pé e ouvirmos o Hino Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Concedo a palavra ao proponente desta sessão, que é este amigo que vos fala.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Boa-tarde a todos. É com muito prazer, com muita alegria, que venho mais uma vez a esta tribuna.

Quero agradecer a imprensa, a *TV Assembleia*, meio de comunicação que está transmitido esta sessão ao vivo não só para a Bahia, mas para o Brasil. Quero agradecer também a imprensa escrita que está aqui presente.

Minhas amigas e meus amigos, autoridades aqui presentes e que já foram citadas. (Lê) “É com muita satisfação que os recebo aqui neste Plenário e dou início a mais uma sessão especial em celebração ao aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completou 26 anos no último dia 13 de julho e representa um marco importantíssimo na luta pelos direitos das crianças e jovens.

A discussão sobre a infância e adolescência se faz tão atual quanto necessária, na medida em que, infelizmente, ainda assistimos a inúmeros casos de desrespeito, em âmbitos diversos, aos direitos já assegurados a criança e ao adolescente pelo Estatuto.”

Quero abrir parêntesis para fazer uma observação com respeito a importância do trabalho que os conselheiros tutelares têm feito, que faz parte, que agrega, juntamente em defesa dessa causa. E já que aqui há muitos conselheiros presentes de várias cidades e muitas das vezes temos recebido muitas reclamações com a falta do próprio poder público, no caso os prefeitos que não têm dado uma atenção especial a essa classe para que eles possam fazer o trabalho que, realmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente precisa. Já que estamos a praticamente um mês das eleições, seria muito bom que vocês conselheiros, que foram escolhidos pelo voto, como agora os prefeitos e vereadores que também serão escolhidos pelo voto, observassem os planos de governo que serão apresentados através da televisão, das rádios e da imprensa, quais são as metas e benefícios que esses prefeitos têm em relação à criança e o adolescente. Porque não é responsabilidade somente do estado e do governo federal, mas passa, principalmente, pelos municípios, e é aí onde está o trabalho dos conselheiros tutelares. Conselheiros que não têm uma assistência, não têm uma atenção, não têm uma estrutura de trabalho. Então, vocês que estão aqui nesta tarde prestigiando esta data comemorativa e importante, devem observar nos seus municípios quais os planos de governo, o que ele vai fazer pela criança e adolescente de cada município.

Sou presidente da Comissão de Defesa do Consumidor aqui nesta Casa, e esta semana tivemos uma audiência pública onde vimos que existe, na Bahia, 57 mil jovens desempregados que precisam ser inseridos no mercado de trabalho. A Lei nº 10.097, que foi aprovada no ano de 2000, determina que todas as empresas contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% do seu quadro de funcionários. Aqui, na Bahia, essa meta não foi alcançada. Já houve um termo de ajuste de conduta da ministra do TST – Tribunal Superior do Trabalho – e as empresas, até agora, estou falando em nível de Bahia, não cumpriram com essa determinação da Justiça.

Então, por isso abri um parêntese, fiz esse discurso, mas queria fazer essa observação já que tratamos de jovens. O menor aprendiz, de 14 a 18 anos, deve estar

inserido no mercado de trabalho através das empresas. Mas sabem por que isso não acontece? Porque as escolas técnicas precisam ser reconhecidas pelo governo, e o governo não quer reconhecer. O governo só deixa o CIEE para fazer o encaminhamento, só faz isso. E quando a empresa é cobrada pelo Ministério do Trabalho, diz que não tem como selecionar jovens para ocupar as vagas nas empresas. Mas por quê? Porque tem esse déficit, o governo tem que abrir o leque. Se o governo não está dando conta com o CIEE, por que não reconhece que as escolas técnicas fazem um trabalho importante para que esses jovens possam sair da área de risco e possam, realmente, estudar e ter o seu trabalho como menor aprendiz?

(Lê) “Do ano passado para cá, ouviu-se muito a respeito de um tipo específico de violência. Como defensor da bandeira da criança e do adolescente, isto muito me inquietou. E eu me refiro, meus amigos, à prática da violência sexual. Deploravelmente, este tipo bárbaro de crime vem atingindo não só mulheres, mais jovens mulheres e crianças.

Esta forma de agressão pode dar origem a graves danos físicos, que exigem intervenção imediata, como lesões, infecções, gravidez indesejada e contágio de doenças sexualmente transmissíveis. Além disso, a violência sexual resulta em sérios danos emocionais, trazendo dificuldades psicológicas marcantes permanentes.

Dados alarmantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania informam que o disque 100 (serviço do governo Federal para receber denúncias de violações de direitos humanos) recebeu quase cinco mil denúncias de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes, apenas nos primeiros quatro meses de 2016.

O perfil das vítimas é ainda mais assustador. A maior parte delas é do sexo feminino e a faixa etária indica nada menos que 31% entre 12 e 14 anos de idade, 20% entre 15 e 17 anos e 5,8% entre 0 e 3 anos. É estarrecedor, portanto, concluir que 56,8% dos casos de violência sexual no nosso País são praticados contra crianças e adolescentes do sexo feminino.

Lamentavelmente, neste mesmo período do ano, o Estado da Bahia, ocupou o segundo lugar nas reclamações do disque 100, somando 447 registros, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo. Grande parte das denúncias indicam que os atos de violência aconteceram dentro do ambiente familiar.

Dados do Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência sexual (Viver), da Secretária de Segurança Pública da Bahia, apontam que 84% dos casos encaminhados à Instituição são relativos a menores de 18 anos de idade e pelo menos 70% das ocorrências acontecem dentro da própria residência.

As Varas de Infância e Juventude, assim como as Delegacias de Proteção à Criança e o Adolescente, os órgãos de defesa e os Conselhos Tutelares têm trabalhado incansavelmente para combater esta triste realidade. Contudo, ainda é preciso falar muito mais, discutir e colocar literalmente a boca no trombone para esclarecer a sociedade de todos os modos e combater efetivamente a violência sexual, sobretudo aquela cometida contra as nossas crianças e adolescentes.

Como parlamentar, e defensor da causa da infância e juventude, nesta Casa apresentei Projetos de Lei, que estão em tramitação nesta Casa Legislativa, entre eles, o PL 20.383/2013, que cria a Semana Estadual de Prevenção à Violência contra a Criança e o Adolescente e o PL 21.417/2015, que cria o Dia Estadual do Conselheiro Tutelar, a ser celebrado no dia 25 de julho, já obtivemos o Parecer favorável da relatoria, pela aprovação, e aguarda reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Quero finalizar, amigos, enfatizando que esta luta não é e não será fácil, mas precisa ser constante. Sejam persistentes. E vamos continuar abraçando essa causa porque a batalha não é só das nossas crianças e adolescentes. Ela é nossa!”

Com respeito a esses dois projetos, eles são constitucionais porque não geram despesas. E aí, vocês que estão aqui, os conselheiros que estão aqui. Esse projeto, para ser aprovado, precisa da maioria dos senhores deputados desta Casa. É um projeto que vai alertar a população para nos ajudar porque o Poder Público está fazendo a sua parte, o Estatuto da Criança e do Adolescente já foi criado, já é lei, mas a lei só é cumprida quando ela é provocada, quando há a manifestação popular.

Esses dois projetos dos quais eu falei, de minha autoria, que estão tramitando nesta Casa e criam a Semana Estadual de Prevenção à Violência... O que esse projeto quer dizer? É exatamente conscientizar acerca da agressão contra a criança, da violência sexual. O interesse é de todos. Tem que haver uma mobilização de vocês nas bases, onde vocês têm seus representantes, que são os deputados que foram votados lá, tipo: deputado, está tramitando um projeto, dá seu voto favorável, vai ser bom para as crianças...Entendeu?

Então, se não houver essa mobilização, que é do interesse de todos, o projeto não é aprovado, fica parado, vai morfar aqui na Casa. É um projeto de conscientização... E é isso que falta! Agora nós estamos com mecanismos fortes para denunciar: o aparelho celular. Existem os aplicativos pelos quais você pode mandar suas denúncias para o Ministério Público, para a Justiça, mostrando fotos, fatos...

Agora, como é que eu vou fazer isso se eu não sei manusear, se eu não sei como fazer? É por isso que esse projeto traz essa responsabilidade, que não é só dos deputados, não é só da Defensoria Pública, da Promotoria, não é só dos Juízes, do Prefeito, do Governo. É de toda a sociedade civil e organizada. Que Deus abençoe a todos e parabéns ao Estatuto da Criança e do Adolescente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Gostaria de convidar a Sr^a Superintendente de Políticas Públicas para as mulheres do Município, a Dr^a Mônica Márcia Kalile Passos. (Palmas)

Assistiremos, neste momento, a um vídeo que contém trechos da reportagem premiada. *As eternas escravas*, do programa *Repórter Investigação*, que revela a escravidão doméstica e sexual de crianças quilombolas.

(Apresentação do Vídeo.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Gostaria de fazer uma correção. No momento que me referi ao Projeto de Lei de 2.000, o projeto é 10.097:- “Determina, pelo menos, que 5% do quadro de funcionários de empresa de médio e grande porte sejam ocupados por jovens aprendizes.”

Gostaria de chamar para compor a Mesa: o deputado federal Márcio Marinho; o Sr. Vereador da Câmara Municipal de Salvador, Luiz Carlos; o representante de todos os conselheiros tutelares, Marcelo Santos. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Concedo a palavra à Sr^a Danielle Vasconcelos Silva, enfermeira do Viver, Serviço de Atenção à Pessoa em Situação de Violência Sexual, que explicará sobre a culpabilização da vítima em decorrência da má compreensão da sociedade nas situações de abuso sexual.

A Sr^a DANIELLE VASCONCELOS SILVA:- Boa-tarde a todos. Em nome do proponente da sessão, deputado José de Arimatéia, saúdo a Mesa. Obrigada pelo convite.

Venho, em nome do Serviço Viver, para trocar reflexões sobre coisas que já vemos e sobre a culpabilização da vítima em decorrência da má compreensão da sociedade em situações de violência sexual.

(Apresentação de vídeo.)

A Sr^a DANIELLE VASCONCELOS SILVA:- Falaremos um pouco do nosso serviço. Fazemos a desconstrução dessa culpabilização.

Somos um serviço vinculado à Secretaria da Segurança Pública e à Superintendência da Prevenção da Violência, especializados em atendimento às pessoas em situação de violência sexual e a seus familiares.

As pessoas que chegam ao nosso serviço por demandas espontâneas ou por encaminhamento da rede não necessariamente precisam ser denunciadas, e nós achamos, sim, que não.

Oferecemos no mesmo espaço físico atendimento integral às pessoas de ambos os sexos e de todas as idades. Considerando, também, a subjetividade da pessoa humana e trabalhando caso a caso.

Nossas ações são de acolhimento e acompanhamento social, psicológico jurídico, médico, o fornecimento de contraceptivo de emergência e profilaxia de HIV/AIDS. Quando esses usuários chegam ao nosso serviço, seja por intermédio da delegacia, após a perícia ou não, nós os ouvimos e os acolhemos, fazemos o fornecimento em situação de emergência, no caso da violência com penetração, em até 72 horas. Entramos na questão da lesão, da doença, evitando, assim, uma outra consequência.

Além de todo esse acompanhamento, fazemos também a profilaxia, liberando todas as medicações para DST/AIDS, que é o coquetel, dentro das 72 horas.

Depois, encaminhamos esse paciente para fazer todo o acompanhamento laboratorial em nossas redes, porque trabalhamos na perspectiva da rede, e continuamos o acolhimento dele com tratamento psicológico e emocional. Temos também a atuação policial e pericial, que envolve toda a violência.

Queremos esclarecer o que trazemos dentro do serviço Viver.

A violência de gênero ouvimos da ideologia patriarcal desde criança, que precisamos nos conscientizar, saber demarcar aqueles papéis, porque vivemos num mundo, numa sociedade do machismo, cultura do machismo, na qual todos os homens têm que ter o poder entre as mulheres. Precisamos estar conscientes disso para podermos quebrar, desmarcar isso.

Então, essa apresentação é um pouco do que vivemos, e para trazer uma reflexão das possíveis causas e dos diagnósticos dessa temática, com as medidas possíveis e necessárias para a desconstrução da cultura da culpabilização da mulher pelo seu próprio estupro.

Precisamos entender que nós, enquanto profissionais, diante dos direitos dessas pessoas, precisamos dar um acolhimento humanizado na forma de ouvir, perguntar, questionar. Mesmo sendo difícil para as pessoas que trabalham com a vítima e o agressor, temos que ver que essa discriminação talvez comece de nós. Lá, é uma família acolhedora, porque fazemos, justamente, esse papel.

No ano de 2015, tivemos em nosso serviço um total de 561 casos: 258 foram de crianças de 0 a 11 anos; 182 de 12 a 17 anos; 121 adultos.

Essa estatística mostra quais são as causas do estupro? São as roupas, o álcool, a televisão? É o estuprador. O que é o estuprador? É aquele homem que quer ter o poder sobre aquela mulher, sobre o corpo daquela mulher.

Então, a culpa nunca é da vítima, e não podemos nos calar. Precisamos denunciar, e quando a vítima for denunciar, precisamos saber ouvir.

O acolhimento é questão de ética profissional. Precisamos ter a nossa postura para, em vez de continuar culpando, poder ajudar, dar continuidade, para que ela consiga sair da violência, não continuar na violência.

Falando de gênero, atendemos aos dois sexos. O maior número é do sexo feminino, 479 casos, e 82 do sexo masculino.

Atendemos a pessoas de Salvador e da Região Metropolitana também.

Em 2015, tivemos esse percentual dentro dos bairros de Salvador.

Na Região Metropolitana também atendemos, ou seja, é um serviço, praticamente único. Temos o apoio dos conselhos, do Cress. Atendemos também em toda a Região Metropolitana, com todo o apoio da rede, em grande quantidade.

Falando sobre o suposto autor dessa violência, temos uma estatística de que 186 dos nossos casos foram praticados por parentes, pessoas de dentro das suas próprias casas; 261 casos, por pessoas conhecidas, vizinhos, amigos, pessoas próximas; e 120 casos, por pessoas desconhecidas.

É uma cultura que cala, já que 75% dos estupradores são conhecidos das vítimas. As pessoas têm medo de denunciar, porque, dentro da violência, elas vão sendo ameaçadas. Então, têm medo de falar. Quando tomam coragem para falar, ou contar para alguém, se nós, enquanto profissionais, não soubermos lidar com isso

praticamos outra violência, fazemos com que essa pessoa volte se calar ou a levaremos para um transtorno maior.

Eu trouxe um pouco da rede e dos encaminhamentos. Além da demanda livre, espontânea, recebemos pacientes de delegacias, do Conselho Tutelar e de alguns hospitais. Quando necessário, fazemos as visitas.

E é importante também que dentro desses órgãos sejam feitos os acolhimentos, saber acolher. Não é o serviço Viver que fará isso, nós daremos uma continuidade. Queremos que em toda a rede todo o encaminhamento, antes do nosso atendimento, seja um elemento importante, um acolhimento, de qualidade, de humanização, com atenção, garantindo a credibilidade e a visibilidade àquela violência. Por quê? Porque a mulher, a usuária, quando chega ao nosso serviço depois de passar por esses órgãos uma das maiores queixas dela é a de que se sente como se fosse a criminosa – palavra forte, mas é a que elas usam –, como se pensasse assim: “Me arrependi. Por que fui fazer isso?” Ficam com vergonha.

Então, precisamos acabar com isso. É uma questão, mesmo, de refletir, de se conscientizar, de sabermos agir, sair dessa ideologia patriarcal.

Então, vamos parar de culpar a mulher, de figurá-la como se fosse culpada daquela violência. Ela é vítima e vai sempre ser a vítima da violência sexual. Figurar isso, por quê?

Portanto, a violência contra a mulher possui um caráter complexo. Cabe a cada um de nós refletir e trabalhar dentro de nós mesmos, porque, às vezes, não nos damos conta, e nós mesmas, na forma de abordar, de ouvir, até de olhar para aquele usuário, já estamos discriminando.

Realmente, é uma necessidade podermos pensar nessas ideologias, demarcar nossos papéis e ir em busca de uma mudança da nossa sociedade. Eu penso que precisamos nos unir e dar as mãos, num trabalho conjunto, tanto no serviço da rede como dentro de nossas próprias casas. Conscientizar futuros pais e crianças para que elas cresçam já sem essa violência do gênero, e daí não seguirem com outras violências.

Falar sobre essa temática é mais que um exemplo do nosso dia a dia, como eu digo. Então, trouxe um pouco do que a gente mais escuta lá, algumas falas de nossos usuários. Um familiar de uma adolescente de 15 anos: “No dia em que minha filha foi atendida na delegacia, o policial falou que podia ser o namoradinho da minha filha. Disse ele: ‘Menina, reaja, você parece que é doida’”.

Uma jovem de 26 anos: “Você tem certeza que não é gay? Porque lá no IML vão fazer um exame e descobrir se você é ou não.

Uma jovem de 32 anos: “Você tem namorado? Taí, se tivesse, isso não teria acontecido. Você precisa de um homem para lhe proteger”.

Um familiar de uma criança de 10 anos: “Ela é uma menina que passou pelo trauma, mas não parece, está se achando mulher. Parece que ela estava achando normal o que acontecia”.

Uma adolescente de 13 anos: “Minha mãe não está nem aí para o que marido dela fez comigo. Ela disse que eu devo ter provocado ele, que eu queria era destruir seu casamento”.

Familiar de uma criança de 8 anos: “Ela não tem mais amizade, porque acham que ela vai influenciar outras crianças”.

Familiar de uma criança de 11 anos: “Ela disse: 'Mas também, o comportamento de sua filha não é para idade, meu filho é homem”.

Então, são essas coisas que acontecem no nosso dia a dia, é o que a gente escuta. Se a gente for pensar, refletir e continuar seguindo isso, a gente nunca vai desconstruir aqui em nossa temática...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- A senhora tem mais 5 minutos.

A Sr^a DANIELLE VASCONCELOS:- Vamos assistir a um pequeno vídeo que vai resumir um pouco deste assunto.

(Apresentação de vídeo)

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Obrigado, Danielle Vasconcelos Silva.

Gostaria de registrar as presenças de Antônio Deridalino Costa Cordeiro e de Anita de Alcântara Oliveira, conselheiros tutelares da cidade de Feira de Santana, Conselho Tutelar II; Ireuda Silva, coordenadora da IURD TV; Patrícia Oliveira, juíza arbitral; Viviane Peixoto, conselheira tutelar; Ana Paula Viana, conselheira tutelar. São muitos nomes e eu vou intercalando aqui. Eduardo Santos Conceição, conselheiro tutelar; Itaquaraci Silvestre, conselheiro tutelar da cidade de Salvador; Deny Araújo, conselheira tutelar; Djalma Ribas, conselheiro tutelar; Vânia Carvalho da Silva, conselheira tutelar; Cleidson Neves Santos, presidente da ADCAEB; Roseli Almeida, técnica de referência, saúde do adolescente e jovem da Secretaria Municipal de Saúde, representando o secretário José Antônio Rodrigues Alves, de Salvador; Helena Geonila Góes, coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Salvador-BA; Nelton Guedes, gerente regional dos Correios; Sheilla Alban, do CMDCA de Salvador; Andréa Borges, conselheira tutelar; Jucilene Santos, conselheira tutelar; José Mário Grave de Santana, conselho tutelar de Madre de Deus; Fabiana de Carvalho Barbosa, conselho tutelar também de Madre de Deus; Juliane de Oliveira Lima Lino, conselho tutelar de Salvador; Edmarea Santana, conselho tutelar de Pernambués; Rebeca Ferreira dos Santos, conselho tutelar de Salvador; Cátia Marisa, conselho tutelar de Ubaíra; Vânia A. Gomes, conselho tutelar de São Francisco do Conde; Maria de São Pedro Guedes, conselho tutelar de São Francisco do Conde.

Ainda temos mais nomes, tenham calma, mas agora vamos assistir à apresentação teatral intitulada: Pacto, do Grupo Força Jovem Universal. (Palmas)

(Apresentação do grupo teatral.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra a Sr^a Maíse.

A Sr^a MAÍSE:- Boa-tarde a todos.

O meu nome é Maíse. Vim contar um pouco da minha história para vocês.

Um dia, eu me encontrava na mesma situação em que esses jovens mostraram aqui agora. Eu estava com 13 anos de idade e comecei a me envolver no mundo do crime. Conheci as drogas: a maconha e a cocaína. Depois, comecei na prostituição. Comecei a fumar maconha através de meus amigos de escola que me disseram que a maconha fazia bem. Na verdade, depois que eu fumava maconha, me sentia mal, nervosa e com vontade de ter mais a droga. Depois, comecei a cheirar cocaína.

Daí, comecei a vender o meu corpo, porque não tinha de onde tirar dinheiro para poder sustentar os meus vícios. Fui viciada na maconha e na cocaína. Minha mãe sofria, chorava todos os dias e dizia-me: “Minha filha, saia dessa vida!” Ela me ligava e falava comigo. E todas as vezes em que ela me ligava, eu estava drogada, estava sob efeitos da maconha no meu corpo, porque não conseguia mais ser uma adolescente normal e não conseguia mais viver uma vida normal, uma vez que só andava drogada. Só conseguia viver drogada.

Fui crescendo. Comecei a trabalhar num prostíbulo, um lugar que eu fazia a vida para sustentar os meus vícios. Comecei a vender o meu corpo para usar a maconha e para usar a cocaína. Todo o dinheiro, ganhado durante a noite, era para o uso de cocaína. Comprava cocaína para ficar acordada durante a noite toda. Comecei a trabalhar num bordel. Toda noite, tinha que sair com cinco, seis, sete homens.

E, aí, minha vida foi-se destruindo, ficando à beira do abismo e no fundo do poço. E quando eu me encontrei no fundo do poço, eu conheci o Força Jovem Universal, o projeto do FJU, que me mostrou a luz e me mostrou uma saída.

Hoje, sou uma jovem feliz. Não tenho mais o vício das drogas. Não tenho mais o vício de me vender, porque isso era um vício. E eu me vendia para ter dinheiro a fim de poder usar drogas para satisfazer as minhas vontades.

Mas, agora, eu mudei. Sou uma nova jovem. Sou feliz, porque, antes, eu não tinha paz, não dormia direito, só dormia se usasse a maconha ou só dormia se eu tivesse, ali, com alguma droga na minha mente. Se usasse a maconha, eu dormia a noite toda. Se não usasse a maconha, ficava acordada a noite toda, nervosa, gritando com o povo dentro de casa. Falava às pessoas que moravam comigo que queria droga e eu a queria usar para poder dormir. Quando não tinha condições de usar, saía, então, para trabalhar a fim de vender o meu corpo para ter dinheiro com o intuito de usar droga.

Mas, hoje, sou feliz através do incentivo da Força Jovem Universal (FJU) que me mostrou a verdadeira felicidade!

Saí do fundo do poço. Saí do abismo. Hoje, sou feliz! (Muitas palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o Sr. Daniel.

O Sr. DANIEL:- Boa-tarde.

Vim, também, contar um pouco da minha história. Assim como teve a peça encenada aqui agora, assim foi comigo. Com 11 a 12 anos de idade, comecei andar com más amizades. Conheci as drogas. Conheci o tráfico. Comecei a me envolver em caminhos errados.

A partir de 11 a 12 anos de idade, comecei a usar drogas. Aos 14 anos, entrei no tráfico. Comecei a andar armado com pistola. Na realidade, é porque começou a acontecer certos tipos de coisas em minha casa. Isso é que me levava a esses caminhos, porque o que não achava em casa, eu buscava achar na rua.

Aí, saía para a rua. Aí, tinha revolta e tinha mágoa dentro de mim. Fui para a rua e comecei a fazer besteira. Por essa revolta e pelo conjunto de não ter um certo afeto dentro de casa, comecei a ir para rua e cair em besteiras. E, aí, entrei no tráfico.

Eu tinha um sonho e tinha uma meta. Queria ser um dos maiores traficantes que poderia ser. Queria ser um dos maiores traficantes por essa revolta que tinha dentro de mim. Mas era uma revolta tão grande que levava a querer ser um dos maiores traficantes.

Aí, comecei a me envolver. Comecei a usar drogas e a andar armado. E, por isso, fui preso e fui pego, diversas vezes, pela polícia. E, como aconteceu aqui, essa era a minha vida. Não só comecei a usar droga como também levei outros jovens a, também, usar drogas. Vendia drogas e levei outros jovens a vender também. Enfim, essa era a vida que eu vivia. Essa era a realidade vivida por mim. Chegava em casa, abria o meu guarda-roupa e tinha colete à prova de bala, pistolas e drogas espalhadas pelo chão.

Mas por que acontecia isso comigo?

Acontecia isso porque eu não tinha um meio que me levasse a caminhos ou a escolhas diferentes e por não ter um apoio sustentável. E, por esse motivo, comecei a me envolver no tráfico.

Mas quando conheci o projeto Força Jovem, a minha vida começou a mudar. Antes, eu não tinha um sonho e eu não tinha uma perspectiva de vida, quer dizer, não tinha um foco, não tinha visão. Mas, depois, conheci o Força Jovem, conheci esse projeto, e passei a ter uma visão diferente. A minha visão se abriu e descobri o verdadeiro significado de vida que eu não tinha.

Eu achava que o bom era usar droga. Eu achava que o bom era andar com arma na cintura. Eu achava que o bom era ser um dos maiores traficantes. Vejam, se eu não tivesse conhecido o projeto, eu, hoje, poderia estar não como um dos maiores traficantes, mas perto disso, porque eu tinha esse sonho, tinha esse objetivo e eu estava buscando-o. E se eu não tivesse conhecido o projeto Força Jovem, eu iria alcançar o tal objetivo, porque o sonho e o desejo, dentro de mim, eram esses. E eu estava buscando fazer isso.

Conheci uns meninos lá. Comecei a colocar drogas para eles venderem. Eu queria porque queria ser um dos maiores traficantes. Esse era o meu sonho e esse era o meu objetivo. E se eu não tivesse conhecido o Força Jovem, eu, hoje, poderia ser

mais um jovem perdido ou mais um traficante ou mais um jovem sem nenhuma perspectiva de vida.

Hoje, eu tenho perspectivas de vida. Hoje, eu posso dizer que sou feliz. Posso dizer que, hoje, tenho uma visão diferente. Posso dizer que, hoje, a minha visão se abriu de todas as formas. Hoje, eu sou um jovem diferente. Hoje, eu sou um jovem transformado. Quanto às situações vividas por mim anteriormente, eu, hoje, não as vivo mais. Eram situações pelas quais antes eu passava em casa, na rua, na escola. No entanto, hoje, eu não passo mais. Hoje, eu sou um jovem diferentes graças ao projeto Força Jovem. (Palmas, muitas palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Parabéns ao Força Jovem Universal.

Parabéns pela apresentação. (Palmas)

Gostaria de registrar as presenças de Adriana Santos, conselheira tutelar de São Francisco do Conde; Belmar S. Teixeira, de Ubaíra, que está em peso aqui, graças a Deus; Edneide Santos; Maria Domingas Magalhães, conselheira de Camaçari. E olha Camaçari aí! Muito bem! (Palmas)

Registro, ainda, as presenças de Valdinea Dias Mota, conselheira tutelar da cidade de Camaçari; (palmas) Maria de Assis Araújo, também de Camaçari; (palmas) Edilene de Jesus Mota, também de Camaçari. Vejam, é como se diz: “Rapaz, arrebentou! Há, ainda, a presença de Tamires Fernanda Vargas, de Camaçari. (Palmas) Tamires, parabéns!

Cito, ainda, as presenças de Agamenon Sá Pessoa, de Ubaíra, (palmas) muito obrigado, Agamenon; Adailton Souza do Rosário, de Camaçari; e Railda Pereira, de São Francisco do Conde.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Agora, nós vamos abrir o tempo de 5 minutos para o nosso amigo e vereador de Salvador, Luiz Carlos, fazer a sua saudação.

O Sr. LUIZ CARLOS:- Boa-tarde, gente! o deputado José de Arimatéia, parabenizá-lo por essa iniciativa, cumprimentar o deputado Márcio Marinho, que faz parte da Mesa, na pessoa de quem quero cumprimentar todos os presentes. Quero cumprimentar também o Força Jovem, FJU, (palmas) as conselheiras e conselheiros tutelares que aqui estão presentes, os defensores dos Direitos Humanos que aqui também se fazem presentes.

Quero agradecer, deputado, pelo convite e parabenizá-lo pela iniciativa de estar sempre fazendo audiências públicas em comemoração ao ECA, uma lei importante que visa trazer garantias para a nossa juventude.

Quem me conhece sabe que, há 16 anos, eu trabalho com a juventude. A minha plataforma de trabalho é a juventude porque entendo que é a parte mais vulnerável da sociedade. Porque o idoso tem as suas vulnerabilidades, sim, mas ele passou pela vida, teve a oportunidade de construir a sua vida. No mínimo, ele construiu, deputado, uma estrutura emocional capaz de superar, suportar e buscar ajuda de alguma forma, mas os jovens, a criança e o adolescente estão num processo de formação em que, às vezes, não sabe nem onde e nem como procurar ajuda.

Ser analisarmos pesquisas como a do IPEA, por exemplo, que mostrou que houve em um ano, no Brasil, 527 mil estupros, destes, 89% são do sexo feminino e 70% são crianças e adolescentes. Isso é o que foi registrado. E aqueles que ficam ocultos, que não são divulgados, porque a criança não tem força, não tem coragem, não encontra apoio para divulgar e buscar ajuda. O número é assustador e alarmante. E é preciso que nós defensores dos direitos da criança e do adolescente tenhamos iniciativas de fazer audiências públicas televisionadas, audiências públicas nos bairros, fortalecendo e apoiando, deputado, os conselheiros tutelares que são guerreiros e guerreiras que vão às comunidades, lugares que ninguém entra, que ninguém vai e que precisam ser reconhecidos.

No meu mandato, que é o primeiro, conseguimos implementar em Salvador, na reforma administrativa que houve, pelo menos, uma subcoordenação de juventude e também fazer com que tornasse realidade o Conselho Municipal da Juventude, uma dívida histórica desse município com a juventude que foi corrigida através de uma luta nossa, Gilberto, neste mandato. São passos pequenos, mas que são importantes.

Conseguimos também aprovar na Câmara um projeto que visa a criação de equipes multidisciplinares para atuarem nas escolas, nos postos de saúde, com foco na orientação da criança e do adolescente e também dos seus respectivos familiares.

Considero importante um projeto que é o da garantia do espaço para uma vaga de emprego para as mulheres que são vítimas da violência doméstica. Porque, às vezes, elas não têm onde recorrer, não sabem o que fazer. Às vezes, é muito fácil falar, mas uma mulher que vem de outro estado, que não tem família, não tem emprego, não sabe para onde ir, como enfrentar a violência doméstica? Nós aprovamos esse projeto, esperamos contar com a sensibilidade do prefeito para que seja sancionado.

São ações como essa, como por exemplo, o projeto de lei que aprovamos, deputado, que institucionalizou a caminhada do ECA. Os conselheiros e conselheiras viviam todo ano com o pires na mão para fazer a caminhada do ECA. Faziam cotas, vaquinhas, como era chamada, para fazer uma caminhada. Pediam camisa a um, lanche a outro, água a outro, um carrinho de som a um político. Faziam uma cota com os diretores de escolas para fazer a comemoração do ECA.

Nós aprovamos um projeto que institucionalizou a caminhada do ECA, de maneira que este ano tivemos uma grande festa, foi o segundo ano realizado com o apoio institucional da prefeitura. Neste ano, tivemos 17 ônibus, toda a estrutura de água, de lanche, de toldos, tivemos um minitrio, – neste ano parecia um Carnaval – a Avenida Sete com mais de 2 mil pessoas comemorando esta lei tão importante, fruto do nosso trabalho.

Mas o que quero dizer, é que essas coisas que aconteceram são apenas um sinal de que essa parceria entre comunidade e poder público só tende a dar frutos importantes. Esse é um sinal de que podemos e de que muitas coisas precisam ser feitas, mas como sempre digo, com coragem e fé a gente chega lá.

Um abraço a todos e parabéns pela presença de todos aqui e pela audiência.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Obrigado, Vereador Luís Carlos. Gostaria, também, de registrar a presença da Conselheira Tutelar de Madre de Deus, Suzana Santana Bernardes; Valdenice Azevedo, Conselheira do Conselho Tutelar de Pernambués; Antônio Marcos Santos Silva, Conselheiro Tutelar de Pernambués; Vanessa Santana da Cruz, Conselheira Tutelar de Madre de Deus; Rosenilda Santana dos Reis Santos, do Conselho Tutelar de Ipitanga – parabéns –; Gabrieli de Araújo Lima, do Conselho Tutelar de Ipitanga; Tainá Cardoso dos Santos, do Conselho Tutelar de Ipitanga – muito bem –; Sândila Fernandes, Conselheira Tutelar de São Caetano; Caroline Souza Costa, do Conselho Tutelar da Boca do Rio; Emíle dos Santos Souza, do Conselho Tutelar de Pernambués; Gilberto Barreto, Coordenador Estadual do PRB Juventude, parabéns. (Palmas)

Vamos agora ouvir a Dr^a Eliana Portela Bloizi, promotora, representante do Centro de Apoio Criminal do Ministério Público. Ela tem 5 minutos para dar uma saudação. (Palmas)

A Sr^a ELIANA PORTELA BLOIZI:- Boa-tarde a todos, aqui saúdo a Mesa na pessoa do deputado, pastor José de Arimatéia, que tive o prazer de conhecer mais de perto, inclusive, pelo trabalho que faz com os jovens deste Estado.

Eu sou promotora de justiça criminal e atuo em uma das varas dos feitos relativos a crimes praticados contra a criança e o adolescente. Em Salvador, nós temos 2 varas criminais que só apuram delitos cujos sujeitos passivos, ou seja, vítimas, são crianças e adolescentes e, infelizmente, deparo-me diariamente com crianças e adolescentes vítimas de crimes e, na sua maioria, crimes contra a dignidade sexual.

É uma realidade muito triste, e neste trabalho, vejo como essas crianças e adolescentes são desassistidas pelo Estado. Recentemente, estamos vendo a tristeza, a agonia e a ameaça de se diminuírem os trabalhos ou fechar as portas do Projeto Viver, que é uma instituição que presta esse apoio, essa assistência social e psicológica a crianças e adolescentes vítimas de tais crimes. E vejo como é triste saber dessa possibilidade.

Não temos mais advogados acompanhando nas Varas. Recebi com muita tristeza a notícia do afastamento das advogadas que atuavam no Projeto Viver. Duas advogadas extremamente atuantes e que trabalhavam quase que diariamente como assistentes de acusação do Ministério Público, me entregando com todo cuidado as pastinhas dos casos que elas acompanhavam no projeto. Isso me deu muita tristeza, muita tristeza, porque essas famílias se sentiam, efetivamente, acolhidas.

A fase que nós pegamos é a fase final, a fase dos efeitos. As questões que dizem respeito às causas e às necessidades de cada família, quem acompanha e tem ciência é o Projeto Viver. E é muito difícil atuar nessa área, porque a gente vê, por exemplo, apenas uma delegacia especializada na repressão a crimes contra criança e adolescente, que é a DERCA, e que só tem na capital do Estado.

Quando eu fui coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e Adolescente no ano de 2013, eu já tinha notícia do sinal verde para criação, para instalação de mais de 10 DERCA's em todo o interior do Estado, e até hoje, isso não se concretizou.

Então, nós vemos que o trabalho da justiça e da polícia também, da segurança pública, é um trabalho apenas com os efeitos do que a gente vê aí. Pouca política pública ou quase nada na área da infância e juventude, pouca escolarização. Em 2013, também, em visita, em fiscalização à CASE, que é o Centro de Atendimento Socioeducativo de Tancredo Neves. Nós tínhamos, lá, 74 adolescentes internos, e dos 74 adolescentes internos, apenas 3 tinham segundo grau. Eram salas lotadas de internos do ensino fundamental, e apenas um ou dois professores para atender os 3 alunos do segundo grau. O que podemos esperar deste País, deste Estado, se não trabalharmos efetivamente na área da infância e juventude? E, sobretudo, na área de educação e de políticas de infância e juventude?

Eu, infelizmente, fiquei muito emocionada hoje com a apresentação teatral, porque – a Doutora vai concordar comigo aqui, da Delegacia do Adolescente Infrator – o que a gente mais vê são as mães chorosas, são as mães sofridas por falta dessas políticas.

Portanto, aqui, fica meu agradecimento a todos que vieram para este evento, mas que fique a reflexão do que realmente queremos. Nós precisamos fazer alguma coisa pelos jovens, pelas crianças deste Estado da Bahia, vamos recortar aqui o Estado da Bahia, nem vamos falar de todo o país, mas do Estado, porque a responsabilidade é nossa, porque senão continuaremos produzindo massa humana para o sistema penal. E não é isso o que queremos.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Obrigado, Dr^a Eliana Portela, promotora e representante do Centro de Apoio Criminal do Ministério Público.

Temos mais um palestrante, mas vou abrir o espaço, antes disso, para ouvir a defensora pública Maria Carmen de Albuquerque.

A Sr^a MARIA CARMEN DE ALBUQUERQUE:- Boa-tarde a todos.

Deputado José de Arimatéia, sinto-me extremamente honrada em participar desta sessão especial, promovida por V.Ex^a, e trago a todos os cumprimentos do nosso defensor público geral, Dr. Clériston Cavalcante.

Mas gostaria de fazer um cumprimento ainda especial, porque não é sempre, não são todos os espaços em que podemos fazer uma saudação contemplando todas as fases do caminhar humano. Saúdo aqui as crianças, os adolescentes, os jovens, os adultos e os idosos. Estamos muitíssimo bem representados aqui. (Palmas) V.Ex^a está de parabéns por ter contemplado todas as fases do existir humano.

Eu trago aqui a reflexão de vocês, três situações que vivenciei como defensora pública. Certa vez, num dos meus primeiros atendimentos aqui em Salvador, logo que

cheguei do interior, uma adolescente de 15 anos trouxe para nós uma situação de abuso sexual por seu pai. A única preocupação dela não era com ela própria, mas com a irmã de 9 anos com quem o pai já começava a se relacionar de forma abusiva. Com 15 anos, era o primeiro ano dela na escola, foi quando ela percebeu que a situação que vivenciava era um possível abuso. Ela não queria que isso acontecesse com a irmã de 9 anos. Chamamos o pai para conversar e ele muito naturalmente nos colocou: “Mas, doutora, não é melhor que seja eu, que sou o pai e estou dentro de casa e vou ensinar.”

Numa situação posterior, conversamos com uma mãe, encaminhada pelo Conselho Tutelar. Ela notou a situação de abuso vivenciado pela filha, de 3 anos, que tinha algumas lesões características. Já tinha ido receber o atendimento do serviço do Viver. E a mãe, também bem naturalmente, disse para nós: “Mas isso é tão bom para ela dormir, além do mais ela não vai engravidar, porque só tem 3 anos.”

Numa terceira situação vivenciada por um adolescente, autor de ato infracional de dano, no interior do Estado, e foi sentenciado à internação, por 3 anos, em Salvador. Quando chegou ao posto odontológico da Casa Salvador, sentou-se na poltrona e a odontóloga chegou. Ele disse que queria falar com a mãe dele. Ela disse que a mãe dele não estava no momento. Ele disse que queria fazer uma declaração antes de morrer. E ela perguntou por quê. Ele perguntou: “Eu não estou aqui sentado na poltrona da cadeira de morte? Eu não recebi uma sentença de morte?” Ela respondeu: “Não, você veio fazer um tratamento odontológico.” Ele se admirou em estar ali para fazer um tratamento odontológico.

O que essas crianças e adolescentes têm em comum? Uma extrema situação de vulnerabilidade, falta de política pública, de saúde, de educação e orientação. E mais, o que nós temos em comum? A Defensoria Pública, o Serviço Viver, o Conselho Tutelar, as representações políticas e de Estado. Estamos todos comprometidos na defesa da criança e do adolescente.

Se os nossos nobres conselheiros tutelares recebem na ponta, diariamente, todas essas demandas, as consequências, como Dr^a Eliana colocou, recebemos esses efeitos. E nos preparamos para receber essas consequências? Em algum momento nos perguntamos: seria o meu filho? Seria a minha filha? Eu apenas posso ser mãe, eu apenas posso ser pai dos meus filhos?

Alguns aqui podem conhecer a situação de avós que depois de criarem os filhos, criam os netos. Então nós podemos nos perguntar: eu só posso ser uma avó do meu neto ou da minha neta? Eu trago aqui a reflexão para vocês, o compromisso que todos nós precisamos ter.

Ainda que a gente pense que as nossas crianças e adolescentes são o futuro, e elas são, porque, se Deus quiser, eles ainda terão muito pela frente, somos o presente dessas crianças e adolescente. Não vamos deixar que as reflexões se fechem nesta sala. Vamos levar na nossa inteligência, no nosso trabalho, na nossa batalha diária dos dias que temos e enfrentamos valorosamente.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Obrigado, Dr^a Maria Carmen de Albuquerque, defensora pública.

Vamos agora ouvir a presidente do Conselho Municipal Risalva Fagundes Cotrim, pelo tempo de 5 minutos. (Palmas)

A Sr^a RISALVA FAGUNDES COTRIM:- Boa-tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do nobre deputado, parabenizar, chamar a atenção, despertar sobre esse assunto, falar todo o dia, toda hora, sobre esse assunto. Porque através dessa consciência é que a gente cresce.

Então cumprimento todos os conselheiros tutelares que estão a frente, que representam o poder público, que representam a autoridade máxima diante dessas famílias, das crianças, dos adolescentes, das mães que estão, muitas vezes, desesperadas e não sabem a quem recorrer.

Como presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador – CMDCA – onde comecei um trabalho há, praticamente, 15 dias, porque eu tomei posse, mas fiquei alguns dias doente. Então quero dizer que o que nós temos a fazer é trabalhar pelo fortalecimento dos Conselhos Tutelares, trabalhar pelo fortalecimento das instituições que estão lá na ponta, que, às vezes, são anjos anônimos, desconhecidos, que por intuição, por força, por espírito estão na lida diária trabalhando, sem serem educadores, com educação, trabalhando ser serem assistentes sociais, como assistentes sociais, trabalhando de uma forma intensa para apoiar, conscientizar, dar forças a essas crianças a terem coragem de se defender, a trabalharem por uma autoafirmação, pelo conhecimento, pela força interior como ser humano, por um reconhecimento de que eles podem cuidar de si, eles têm de se proteger, têm de ter a coragem de falar quem os está tratando de forma inadequada. E que nós tenhamos uma educação mais fortalecida, uma sociedade mais forte, nossos meios de comunicação mais atentos a essa atitude tão cruel, tão dissimulada.

Então, já agora no dia 5 vamos reunir Defensoria, Ministério Público, Ministério do Trabalho, conselhos, para trazer essas instituições para mais perto do Conselho Tutelar buscando formas de levar a sociedade, os empresários, todo mundo, a ajudar a quem trabalha nessa lógica. Unidos, poderemos desenvolver mais forças, seremos mais fortes, para trabalhar por uma sociedade melhor.

Quero dizer que o que ouvi aqui foi para mim uma lição, um refletir, uma tomada de consciência, digamos assim, daquilo que já sabia, e que todo mundo já sabe, mas que quanto mais se fala mais vamos colocando na cabeça, como se fosse uma propaganda. Só assim teremos uma sociedade melhor, teremos crianças mais livres, teremos crianças sendo crianças, adolescentes sendo adolescentes. E nós, Poder Público, sociedade, unidos, com mais força, mais fortes, para encarar de frente esses problemas e inibir esses criminosos que se transvestem de pais, de padrastos, de bonzinhos. Então, as próprias mães precisam ser encorajadas. É muito triste, às vezes, você acreditar que isso pode estar acontecendo com você, mas isso acontece em todos os segmentos.

Então, meus parabéns para você que teve a ideia, teve a coragem de trazer este assunto, a todos vocês e aos conselheiros que estão aí na luta diária e que, talvez, sejam as pessoas mais próximas dessas famílias e dessas crianças.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Muito obrigado, Dr^a Risalva Fagundes Cotrim.

Vamos ouvir, agora, por 5 minutos, a delegada titular da delegacia para adolescente infrator, Claudenice Teixeira Cerqueira Mayo.

A Sr^a CLAUDENICE CERQUEIRA MAYO:- Boa-tarde a todos e a todas! Quero saudar a Mesa e a todos na pessoa do deputado José de Arimatéia, a quem agradeço o convite e também parabenizo-o pela iniciativa de fazer esta sessão todo ano para que lembremos sempre do ECA, que foi estabelecido e que ainda falta muito para que se concretize tudo que está estabelecido.

Apesar de ser delegada da Delegacia Para o Adolescente Infrator, as pessoas veem logo como uma pessoa repressora, mas, na realidade, não é isso. Estamos ali numa delegacia especializada exatamente para proteger os adolescentes que praticam atos infracionais, para eles não irem para qualquer delegacia comum que não tenha a especialidade de tratar desses adolescentes.

Estava aqui observando a apresentação que foi feita aqui e vemos a realidade do dia a dia que percebemos na delegacia. Aquilo me emocionou tanto, porque é o que vemos acontecer todos os dias na delegacia. Crianças ainda, pode-se dizer assim, porque é aos 12 anos que começa a adolescência, de acordo com o ECA, e vemos chegar nas delegacias crianças de 12, 13 anos já envolvidos totalmente no tráfico de drogas, que é o ato infracional que mais chama atenção e que tem crescido muito. De 10 anos para cá, temos dados do número do tráfico de drogas que ocorreu. Em 2006, nós tínhamos 23 ocorrências de tráfico de drogas. Em 2015, foram 376 ocorrências de tráfico de drogas praticado por adolescentes.

Então, houve uma evolução enorme do tráfico de drogas praticado por adolescentes. E o que foi feito durante todos esses anos? Nós temos 26 anos de ECA e, na realidade, pensamos que com o ECA poderia diminuir isso. Qual a prevenção que foi feita para que se evitasse que adolescente se envolvesse no tráfico de drogas?

Temos aqui homicídios. Em 2006, foram 27 homicídios praticados por adolescentes, e, em 2015, nós tivemos 30. E já tivemos, em 2008, 62 homicídios cometidos por adolescentes. E a maioria dos homicídios cometidos por adolescentes foi em função do envolvimento com o tráfico de drogas. Como foi dado ênfase ao ato infracional que seria o crime de estupro, aqui vou falar que adolescente também pratica estupro. E o que está sendo feito para a conscientização das famílias nesse sentido?

Nós temos aqui um número de adolescentes que praticaram estupro. Em 2014, tivemos 76 estupros praticados por adolescentes, 62 praticados contra vulneráveis. No

ano de 2015, tivemos 83 estupros praticados por adolescentes, 59 contra vulneráveis. Então, precisamos também que haja investimento nas famílias e que haja conscientização. Porque quando chega lá na delegacia, muitas vezes os pais não querem ir denunciar o filho ou sobrinho que praticou aquele estupro dentro de casa.

E, às vezes, há uma pessoa de fora denuncia. E quando chega na delegacia, os pais que acompanham os filhos que praticaram esse ato infracional não querem, de jeito nenhum, que seja apurado. Aham que isso é normal, coisa de adolescente e a criança e o adolescente sofrem com esse tipo de infração.

Então, precisamos que haja investimento em políticas públicas, não só em termos de educação, de saúde, mas também nas famílias, para que elas se estruturem melhor, para que eduquem e conscientizem seus filhos nesse sentido. Com 26 anos de ECA, esperamos que nós, um dia, possamos comemorar: “Realmente, o ECA está sendo cumprido!”.

Eu agradeço a atenção de todos. Boa tarde! (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Obrigado à Dr^a Claudenice Teixeira Cerqueira Mayo.

Antes de passar a palavra para a última palestrante desta tarde, quero passar a fala agora para uma saudação do deputado federal Márcio Marinho, que tem sido um parceiro em muitas cidades da Bahia, colocando suas emendas para ajudar no trabalho dos conselheiros tutelares. Inclusive, na minha querida Feira de Santana, foram 3 “Kit Conselho Tutelar”.

Deputado Márcio Marinho. (Palmas)

O Sr. MÁRCIO MARINHO:- Sr. Presidente desta sessão, deputado José de Arimatéia, a quem saúdo com muita alegria, com muita estima. E parabênizo V.Ex^a pela nobre decisão, pela atitude de trazer, na tarde desta quinta-feira, à Assembleia Legislativa do nosso Estado, esta sessão solene em comemoração aos 26 anos do ECA.

Em seu nome, quero saudar, deputado José de Arimatéia, todos os que estão aqui na Mesa. Mas gostaria de fazer uma saudação toda especial ao nosso amigo Bispo Júlio, que está aqui, é o líder da Força Jovem e trouxe esta galera para participar desta sessão solene. Tenho certeza que aquilo que o estado não pode fazer, cabem às religiões fazê-lo. Em especial, essa aqui representada por V.S^a, o trabalho que a Igreja Universal faz, através da FJU, que é o nosso grupo jovem da Igreja Universal do Reino de Deus. Parabéns! (Palmas)

Eu quero, deputado José de Arimatéia, ser bem breve, mas dizer que a juventude e a infância, as crianças e os jovens, eles, na verdade, precisam por demais ter atenção daqueles que, verdadeiramente, são responsáveis por dispor de infraestrutura para atender essas pessoas, que são frágeis. Por isso que o poder público foi criado: justamente, para assistir naquilo que, às vezes, a própria família não pode assistir.

Aqui têm várias pessoas: defensores públicos, pessoas do Ministério Público, da polícia, pessoas que verdadeiramente tratam, com muita responsabilidade, a criança e o adolescente. Mas, como os senhores mesmo falaram aqui nesta tarde, vocês acabam ficando com o “pós”. É o que chega para vocês depois, porque às vezes não é dada a atenção que se deveria, criando essa infraestrutura, desde a educação. Eu digo educação de qualidade nas escolas; da merenda com qualidade; da infraestrutura de equipamentos esportivos que poderiam fazer com que essas crianças pudessem estar fora de casa praticando esportes, o que muitas vezes não acontece; do próprio governo, que poderia gerar emprego e renda para fazer com que o pai ou a mãe trabalhasse, em vez de ficar ocioso dentro de casa.

Nós sabemos – e não estou aqui defendendo ninguém, mas como tem um ditado que diz: “mente vazia é a oficina do satanás” – que muitos acabam cometendo determinados crimes e terminando os seus últimos dias, às vezes, na cadeia. Nós não queremos isso, mas a justiça tem que ser feita.

Como eu estava falando, isso não é a prioridade. O que nós precisamos, deputado, é chamar os prefeitos à responsabilidade. Veja o quanto eles são inoperantes, pois aquilo que por lei deveria ser criado e dado a estrutura para melhor apresentar o trabalho, que é a infraestrutura dos conselheiros tutelares, está uma tristeza e nós não podemos tapar o sol com a peneira. Observem os senhores que nós temos que, por meio de emendas parlamentares, deputado José de Arimatéia, procurar dar infraestrutura aos conselhos tutelares, coisa que a responsabilidade é dos prefeitos. (Palmas) Se a prefeitura ou o município tem condições ou não, não é culpa da criança ou do adolescente e nem tampouco dos conselheiros tutelares. É responsabilidade de quem quer ser prefeito. O que não pode é ser colocado debaixo do tapete.

Nós temos que, às vezes, atender, reestruturando os conselhos tutelares e encaminhando – que também é um dever do político – emendas parlamentares para a estruturação dos conselhos tutelares. Quero aqui dizer, deputado José de Arimatéia, que V.Ex^a pode continuar recebendo todo o apoio do meu mandato para essa missão de tratar da criança e do adolescente. Mas nós também, como políticos, temos que chamar a responsabilidade dos prefeitos e dos governadores.

Vejam que essa semana, na Câmara Federal, nós estamos pegando assinaturas para criar uma secretaria separada, que esteja ligada diretamente à Presidência da República: uma secretaria da criança e do adolescente. A criança e o adolescente têm que ser prioridade, sim. O viaduto é prioridade? Poderá ser. A estrada é prioridade? Poderá ser. Mas nós temos que tratar daqueles que são vulneráveis, que são as crianças e os adolescentes, fazendo com que haja uma ferramenta positiva para que eles possam ser cuidados e possam ter perspectivas de dias melhores.

Parabéns pela festa e parabéns a todos vocês!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Obrigado, deputado federal Márcio Marinho. Agora ouviremos a Dr^a Mônica Márcia Kalile Passos, superintendente de Políticas Públicas para as Mulheres, do município, que abordará o panorama das políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra meninas, jovens e mulheres, pelo tempo de 15 minutos. (Palmas)

A Sr^a MÔNICA MÁRCIA KALILE PASSOS:- Boa-tarde.

Deputado Pastor José de Arimatéia, gostaria de agradecer imensamente, em nome da Prefeitura Municipal de Salvador, o convite desta Casa. Muito me honra estar aqui nesta tribuna tão briosa para fazer e proferir algumas palavras de reflexão. Na verdade, tudo o que foi falado aqui ainda vai refletir no final da nossa fala, por concluir, com vocês, que o crime de estupro contra as mulheres, crianças e adolescentes ainda é uma cifra oculta. A gente precisaria de muito mais horas para falar sobre tudo que foi dito aqui, precisaríamos exaustivamente utilizar desta Casa e desta tribuna.

Então, eu queria apresentar a Superintendência de Políticas para Mulheres: é um órgão propositivo que já existe no município de Salvador. Ele propõe, articula e também acompanha as políticas públicas. É desse lugar que estamos aqui para falar.

(Procede-se à apresentação de slides cujo título é *Estupro, o Crime com Cifra Oculta e As Políticas de Enfrentamento*.)

Apesar de ser considerado um crime hediondo pelo nosso Código Penal, apesar de tudo que foi dito aqui, no Brasil cerca de 50 mil casos são denunciados.

Quando a enfermeira, aqui, tentou falar sobre alguns casos – e a experiência dela é muito importante para quem está aqui ouvindo – ela mostrou isto: a fragilidade da vítima em denunciar. Porque esse crime não acontece, no cotidiano, como muita gente pensa, porque a vítima andou de short curto na rua, porque ela usou de roupa provocativa. Esses estupros que acontecem com crianças, adolescentes e também com as mulheres, e com as mulheres casadas, são dentro do ambiente familiar, do lugar onde a mulher deveria ter amor e respeito – porque o lar quer dizer isto: lugar de amor e respeito.

Então os casos noticiados em todo o Brasil são 10%. Este material está disponibilizado no site da PLAN, que é uma organização internacional. Ela fez uma cartilha, e a Prefeitura Municipal de Salvador, durante o Carnaval deste ano, apoiou essa campanha, com o Cedeca e outros órgãos de poder público, que vem dizendo o quanto custa a violência sexual contra crianças e adolescentes. O custo é muito alto.

Se falou aqui de políticas públicas, de uma escola de qualidade. Enquanto estamos destinando recursos para uma escola de qualidade, estamos gastando o dobro – muitas vezes muito mais que o dobro – no enfrentamento às violências, a todos os tipos de violência, seja com a criança, com o adolescente ou com a mulher. Por que digo isso? São os dados que temos todos os dias.

Nós temos um centro de referência de atendimento à mulher, o Loreta Valadares, que já existe há 10 anos. Neste ano, foi preciso, necessário implantar uma casa de abrigo à mulher em situação de violência. Esses números, esses valores

todos, esses recursos, que são do município, que são do contribuinte, poderiam estar nas escolas de qualidade. A Prefeitura Municipal de Salvador vem investindo muito nesse sentido e poderemos avançar. Mas é necessário que a gente faça, porque a violência não dá trégua. E a violência de que estamos falando não é a do cotidiano, não é a violência urbana: é a violência de dentro de casa.

Então, esses são os números: 500 mil mulheres são assassinadas, são vítimas em todo o Brasil. Não estou falando só da nossa cidade, mas de todo o Brasil: 70% das vítimas de estupros são crianças e adolescentes.

Como respeitar o ECA? Como comemorar os 26 anos do ECA? Até hoje as políticas públicas são tratadas como políticas de estanque. Acontece um caso hediondo, uma situação de violência, como houve no Rio de Janeiro, aí a mídia faz um “boom” e cria-se uma lei. Mas a lei por si só não faz o que temos que fazer.

(Lê) *“Uma mulher é violentada a cada 11 minutos no Brasil. Mas os códigos sociais culpam as vítimas, em vez de protegê-las.”*

O comportamento da mulher, a situação de gênero em que ela vive, a condição em que a mulher é colocada ao nascer: quarto cor-de-rosa, lacinho de fita, “para dentro de casa”. Essa discussão tem que romper as barreiras, tem que ser efetivada. Precisamos separar o gênero masculino e feminino não pela questão biológica, mas pela condição que o ser humano é submetido a partir da colocação dele no mundo social.

É nesse mundo social que as crianças são vestidas como bonecas ou então já estão vestidas como mulheres, são adultas fora de época. Você vê uma criança de 5, 6 anos com excesso de maquiagem. O que é isso? De onde vem a violência? Vem de dentro para fora, e a gente legitima isso todos os dias? Essa é a reflexão que temos que ter aqui.

Vocês conselheiros tutelares, que estão batendo nas portas todos os dias, sabem muito mais do que estou dizendo aqui. Muitas vezes as crianças são violentadas até por causa das próprias roupas que vestem, pelas condições em que são colocadas, como princesinhas. Minha filha é uma princesinha e os homens são os varões. (Lê) *“A violência de gênero é um reflexo direto da ideologia patriarcal”*. Está colocado, ali, quem disse isso.

É importante refletirmos que país e que sociedade queremos conduzir, que responsabilidade estamos querendo transferir para o Poder Público, quando a responsabilidade está dentro de casa, está dentro da comunidade, que sabe, que ouve e vê uma criança sendo vitimada e diz: “Não, isso aí é um problema de família, porque roupa suja se lava em casa.”

Aí estão os elevados números de violência e estupro no Brasil: 527 mil estupros por ano. Não ficarei me delongando nesses números. Os processos, em caso de estupro, geralmente são arquivados, porque primeiro culpam a vítima e depois perguntam por que estava naquele lugar. Isso com a mulher adulta. E com a criança? A criança fez o quê? No depoimento da defensora, ela disse que a criança dormia melhor. Que universo é esse? O outro pai disse que era melhor fazer com ele do que

com outro, que era melhor aprender com ele. É isso que as crianças têm que aprender com os pais? Foi isso que a Constituição Federal disse? Não é direito dos pais a proteção dos filhos? É da família. Vamos transferir a responsabilidade só para as escolas? Não, temos que estar dentro de casa. Quem é o autor da violência sexual contra crianças e adolescentes?

Essa imagem da internet me chamou atenção, porque diz tudo, porque é uma monstruosidade praticar um ato sexual libidinoso com uma criança inocente, com uma adolescente, porque ela se transformará numa mulher. Que tipo de mulher será essa? Será que ela vai continuar a perpetuar a família? Será que ela vai querer constituir um lar? Será que uma mulher, quando encerrar um casamento, vai querer fazer outro casamento, vai se dar ao direito de ser mulher e reconstruir sua vida? Os casamentos não são eternos, mas os filhos são eternos. Muitas mulheres anulam sua vida após uma separação, porque ela não acreditam mais no amor, não acreditam mais na família. Digo isso por experiência dentro de casa: quando minha mãe se separou do meu pai eu era adolescente, e minha mãe disse que não colocaria outro homem dentro de casa para não mexer com as filhas. Imagine como é o universo da mulher!

Quando eu vi essa mãe aqui, fiz questão de me levantar para ver essa encenação, que eu já havia visto antes, e me comoveu, porque essa é uma estatística rotineira, precisamos desconstruir isso. Digo para vocês porque sou de comunidade, nasci dentro do Centro Histórico do Pelourinho. Lá era rotulado, quem nascia ali não seria ninguém.

Não queremos isso. Queremos que a juventude seja uma juventude viva, que invistam na juventude viva para não punir o adulto. Não queremos que uma menina seja vítima de estupro e vítima de um marido agressor amanhã ou depois.

Os casos de violência sexual no Estado estão aqui, estão descritos, a delegada já passou, a representante do Viver, uma enfermeira cujo nome não gravei, também falou. Em 2015, foram 2.818 casos de estupro, sendo 745 na Região Metropolitana de Salvador, dos quais 531 somente na capital.

Gente, temos 365 dias no ano! Imaginem essa conta quanto dá: quase 2 estupros por dia em Salvador. Esses são os notificados, porque não são notificados os que acontecem dentro do ambiente familiar, principalmente com as mulheres casadas.

Precisou a Lei Maria da Penha, que está fazendo 10 anos agora, tipificar como violência sexual o abuso do marido, a negação à mulher do direito ao corpo. Foi preciso 10 anos! Estamos falando de direitos humanos aqui. Foi preciso a carta de 1948, dos direitos humanos, legitimar que homens e mulheres são iguais, somos iguais perante as leis e iguais perante os homens também.

No ano passado, o Estado registrou uma diminuição de um ano para o outro – peguei a informação em fontes da internet, da Secretaria da Segurança, se alguns números não estiverem corretos, por favor, quem puder me corrigir...–, mas não foi uma diminuição de ocorrências, foi diminuição de denúncias, de buscas de ajuda, por não se acreditar nas políticas públicas, não se acreditar na lei.

O estuprador fica preso seis, sete anos, e depois está nas ruas de novo, praticando estupros, como houve o estupro da pediatra que foi sequestrada dentro de um shopping na cidade de Salvador e morreu. O homem já cumpria pena por estupro, saiu no indulto de Natal e vitimou essa mulher. É essa pessoa que vai pra rua depois de cumprir parte da pena.

Olhem só a relação de um ano para o outro! E olhem como estamos este ano: nos 3 primeiros meses, registraram-se 576 casos de estupro. Não tenho os números para cá, porque ainda temos muita dificuldade para adquirir esses números, mesmo sendo um órgão propositor, que acompanha as políticas. Temos uma grande dificuldade de acessar esses dados. Só assim poderíamos propor políticas. O número de ocorrências em Salvador foi de 110 casos em 3 meses.

Os serviços públicos de enfrentamento à violência sexual. Nós só temos o Viver no Estado da Bahia. Faço um apelo ao nosso nobre deputado para que leve esse apelo aos nossos deputados. Ajudem o governador a ajudar o Viver, porque o Viver não pode fechar as portas. O Viver do Subúrbio já foi fechado. O que funciona no IML só tem 9 funcionários, quando a necessidade é de 34 profissionais. O que 34 fazem, 9 não farão.

Na hora de cortar, corta no social. Para quê? Quem mandou ser mulher? Quem mandou andar na rua naquele horário?

Estamos falando, hoje, aqui, de criança e adolescente. Por que crianças e adolescentes são estupradas dentro de casa?

Estou pedindo a V.Ex^a, como poder público municipal, que nos ajude, fale com os nossos deputados para serem mais sensíveis, porque já houve audiência pública dentro da Defensoria, já houve roda de conversa, e o governador precisa nos ouvir!

Por gentileza, leve esses apelos de todos nós, para que o Viver viva. (Palmas)

Como bem disse aqui, o Viver é para quando já aconteceu, quando não tem mais jeito.

Precisamos conversar com os nossos jovens com uma linguagem apropriada, mais próxima deles. Precisamos de políticas públicas de prevenção, porque a política de atenção, que é o Viver, está ameaçada. Precisamos reforçar isso. Tem que se encontrar nos cofres públicos. Nosso deputado Márcio Marinho disse que as estradas são importantes, mas, e a população fará como? Os jovens de hoje serão os adultos de amanhã.

Desde que foi criado, em 2001, e não preciso falar muito dele, porque a maioria conhece, já fez 11.271 atendimentos, até outubro de 2015.

(Lê) *“Segundo os órgãos, em 2015, foram atendidos apenas 431 casos, e 379 mulheres sofreram algum tipo de violência sexual.*

Desde 2009 a 2015, mais de 5000 novos casos passaram a ser acompanhados pelo serviço. Do total, 3.732 foram vítimas que tinham de zero a 15 anos. 4.550 são do sexo feminino.”

Molestar uma criança de zero me dói profundamente, porque sou mãe, imaginar que alguém em sua consciência ataque, porque isso é uma agressão.

(Lê) *“A violência mais comum é o estupro de vulnerável, totalizando 217 ocorrências. A faixa etária mais atendida foi de adolescentes entre 12 e 15 anos, somando 107 casos, segundo Dayse Dantas Oliveira, coordenadora do Viver, numa matéria jornalística.*

O Nudem atendeu, de 2008a 20016, 206 mulheres vítimas de violência sexual.”

Agora temos uma fala da psicóloga do Centro Viver que me emocionou muito. Ela diz assim: (Lê) “Chamo atenção de todos para a essencialidade do único serviço de atenção e proteção a pessoas vítimas de violência sexual e dos seus familiares. O Viver é atualmente responsável por ações de acolhimento e acompanhamento social, psicológico, jurídico, enfermagem, médica. É a partir dele, por exemplo, que as vítimas recebem a contracepção de emergência e profilaxia de DST e Aids. Em 2015 foram 561 casos novos atendidos, sendo 121 adultos, 182 adolescentes e 258 crianças acolhidas pelo serviço. Num dos casos que atendemos recentemente, o de um homem, inclusive, ele me disse que agora estava num lugar com alguém que o escutasse.

A insuficiência de profissionais atuando atualmente no serviço, entretanto, ameaça a manutenção do atendimento. Das duas unidades projetadas para garantir o acolhimento às vítimas, apenas uma está em funcionamento”.

Só estou aqui reforçando a minha fala e o pedido que foi feito, dentro de uma conferência, e nos cobraram que o Centro Loreta Valadares passe a atender essas situações de violência. Temos dialogado com a Dr^a Márcia Teixeira para que possamos absorver, porque o Loreta Valadares só atende a mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Os estupros não acontecem só dentro de casa, eles acontecem também na área urbana.

Isso é um projeto de adaptação e precisamos sentar. Solicito aos órgãos competentes que fundamentemos e façamos esse projeto para que o Loreta Valadares absorva, ele está muito próximo do Viver. Talvez nesse processo de emergência, temos duas psicólogas, quatro assistentes sociais, uma advogada, uma pedagoga e acho que podemos fazer.

Vemos aí um quadro com os nossos atendimentos gerais, e ainda não inclui a violência sexual.

Faço os meus agradecimentos dizendo que estamos aqui para somar e queremos, desde já, colocar-nos à disposição dos órgãos que estão aqui representados. Podemos sentar e dialogar. O município tem muito para oferecer. Temos Risalva Telles aqui presente, Juliana Portela também, que representa centros que cuidam de crianças e adolescentes, para juntar com a SPM, que cuida de mulheres.

Muito obrigada. Agradeço o convite.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Quero agradecer a Dr^a Mônica pela explanação. Realmente precisávamos de mais tempo. Gostaria também de justificar a ausência dos Srs. Deputados, porque está se aproximando o período das eleições e a

maioria deles está em suas bases no interior, viajando. Mas o importante é que a solenidade foi realizada.

Antes de ouvirmos o Hino da Bahia, peço ao Bispo Júlio para fazer uma oração, neste momento, para que Deus abençoe e proteja as criancinhas da nossa Bahia. E que Deus venha abrir as portas para que possamos avançar. Dr^a Eliana falou sobre a delegacia, só há uma delegacia especializada que cuida da criança e do adolescente.

Analise bem, a criança é o futuro do nosso País e só há uma delegacia. Aqui no Estado da Bahia só há também, uma delegacia de proteção aos idosos. Uma só. Então, vemos que a nova geração e a geração dos idosos estão desprotegidas, lamentavelmente.

Inclusive, no meu primeiro mandato, de 1999 a 2002, fui autor da indicação para que fossem criadas delegacias especializadas em proteção aos idosos em todo o Estado da Bahia. Essa primeira delegacia veio a ser implantada na Bahia em 2006. De lá para cá, se você for à delegacia vê que não tem estrutura, faltam profissionais. Enfim, realmente, é um descaso.

Por isso, temos que orar para que Deus possa abrir as portas. Temos que apelar, primeiro, para quem? Para Deus.

E que esse Estatuto da Criança e do Adolescente saia do papel.

Por favor, bispo, pode usar o microfone. E vamos todos ficar de pé para Deus abençoar.

O Sr. Bispo Júlio:- Boa-tarde a todos.

Gostaria de convidar todos para fazermos uma corrente de mãos dadas. Depois de tudo que presenciamos aqui só mesmo pedindo a Deus para que Ele possa entrar em ação e essa situação possa mudar. Dê a mão para a pessoa que está a seu lado.

(Bispo Júlio pronuncia a oração.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Ouviremos, agora, o Hino da Bahia.

(Execução do Hino da Bahia.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Quero, em nome do Poder Legislativo do Estado da Bahia, agradecer as presenças de todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas; das senhoras e dos senhores, dos Srs. Deputados, da imprensa falada e escrita, da *TV Assembleia* que esteve conosco durante todo o tempo da transmissão para milhares de pessoas.

Que Deus abençoe a todos.

Declaro encerrada a presente sessão especial.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.